

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes e acionistas,

A Administração da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes. As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração destas Demonstrações Financeiras estão alinhadas à Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"),

consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2019, a Corretora registrou Lucro Líquido de R\$ 21.814 mil, correspondente a R\$ 1,71 por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio de 13,48% antes do Imposto de Renda e Contribuição Social. A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch ("Conglomerado"). Em 30 de junho de 2019, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 21,18%.

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para o gerenciamento dos principais riscos a que o Conglomerado incorre. Conforme determinado pelas regras vigentes do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de riscos e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>.

São Paulo, 26 de agosto de 2019.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018
(em milhares de Reais)

ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018
Circulante	547.308	521.414	Circulante	278.461	288.963
Disponibilidades	102	183	Outras obrigações	278.461	288.963
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	274.745	246.220	Sociais e estatutárias	5.457	6.930
Aplicações em depósitos interfinanceiros	274.745	246.220	Fiscais e previdenciárias	19.290	16.531
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	16.625	15.635	Negociação e intermediação de valores	247.503	248.840
Vinculados à prestação de garantia	16.625	15.635	Diversas	6.211	16.662
Outros créditos	255.758	259.297	Exigível a longo prazo	14.347	13.827
Negociação e intermediação de valores (Nota 6)	248.902	252.103	Outras obrigações	14.347	13.827
Rendas a receber	-	2	Fiscais e previdenciárias	14.206	13.729
Diversos (Nota 7)	6.856	7.192	Diversas	141	98
Outros valores e bens	78	79	Patrimônio líquido	278.398	241.751
Despesas antecipadas	78	79	Capital:	121.317	110.535
Realizável a longo prazo	23.898	23.127	De domiciliados no exterior	121.317	110.535
Outros créditos	23.867	23.018	Reservas de lucros	157.081	131.216
Diversos (Nota 7)	23.867	23.018			
Outros valores e bens	31	109			
Despesas antecipadas	31	109			
TOTAL	571.206	544.541	TOTAL	571.206	544.541

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018
(em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas de lucros					Total
	Capital	Aumento de capital	Reserva para incentivos fiscais	Legal	Estatutária	Especiais	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	100.000	10.535	413	21.721	76.135	19.322	-	228.126
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	13.625	13.625
Aumento de capital (Nota 11)	10.535	(10.535)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2018	110.535	-	413	21.721	76.135	19.322	13.625	241.751
Saldos em 31 de dezembro de 2018	110.535	10.782	413	23.324	92.208	19.322	-	256.584
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	21.814	21.814
Aumento de capital (Nota 11)	10.782	(10.782)	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2019	121.317	-	413	23.324	92.208	19.322	21.814	278.398

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018
(em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") foi constituída em 25 de maio de 1998, sob a forma de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às corretoras de títulos e valores mobiliários.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Corretora foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("Bacen"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Essas estimativas e premissas foram consideradas principalmente na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na determinação do prazo de realização dos créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo CMN. Desta forma, a Corretora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo CMN:

- (a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (b) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das Demonstrações Contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (c) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (d) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- (e) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (f) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (g) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (h) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- (i) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (j) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- (k) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, pelo Comitê de Auditoria, em 26 de agosto de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Corretora.

3.2. O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas pelo método exponencial.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.4. As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.5. As operações de intermediação de negociações de valores mobiliários e ativos financeiros, por conta de clientes, são registradas pelos seus valores de liquidação.

3.6. A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício, e contribuição social de 15%. A Lei nº 13.169 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras.

3.7. A Corretora adota o procedimento de reconhecer os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, contabilizado em "Outros Créditos - Diversos". O efeito líquido de suas movimentações no período foi contabilizado em contrapartida da despesa/receita com imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos baseados em estudo feito pela administração considerando a expectativa futura de sua realização. Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos, em 30 de junho de 2019 a Corretora manteve registrado: (i) crédito tributário de IRPJ com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) crédito tributário relativo à CSLL o qual foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Dessa forma, foi considerada alíquota nominal de 15% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabelece a Lei nº 13.169/15.

3.8. De acordo com a Circular nº 3.068 do Bacen de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração.

3.9. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, conforme descrito abaixo:

• Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

• Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de seus consultores jurídicos, for considerada provável a perda de uma ação judicial ou processo administrativo, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

• Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - são registradas na rubrica "fiscais e previdenciárias", representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

3.10. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) incorridos.

3.11. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

Funcionários elegíveis (inclusive executivos seniores) do Grupo recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços e são remunerados com base em valores referenciados às ações do Bank of America Corporation, negociadas na New York Stock Exchange (NYSE) sob o código BAC, os quais somente podem ser liquidados com caixa ("transações liquidadas com caixa").

O custo de transações liquidadas com caixa é mensurado inicialmente ao valor justo na data da outorga utilizando o valor de mercado das ações divulgados pela NYSE e convertidos para Reais. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a liquidação, com o reconhecimento do passivo correspondente. O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesa de pessoal na demonstração do resultado.

3.12. Benefícios a empregados

Tratam-se de benefícios concedidos a empregados por meio de planos ou acordos formais, bem como por meio de disposições legais, ou setoriais, os quais exigem com que a Corretora contribua por forma de benefícios aos seus empregados. Entre os benefícios estão:

Benefícios de curto prazo: salários, férias remuneradas, seguridade social, participações nos resultados e bônus e benefícios não monetários como planos de saúde e seguro de vida para os empregados atuais. Os custos dos serviços correntes e dos benefícios de curto prazo são reconhecidos no resultado do período. Benefícios pós emprego: aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida e assistência saúde pós emprego.

A Corretora avalia como plano de benefício definido, seus benefícios pós emprego, e seu valor é obtido por meio de cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações.

O custo do serviço corrente e os juros sobre o benefício definido são reconhecidos no resultado do período e as remensurações do benefício definido, principalmente decorrentes de estimativas atuariais e taxas de desconto, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

O valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações futuras é calculado anualmente por atuários independentes, os quais determinam a taxa de desconto apropriada para a mensuração destas obrigações. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Corretora considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações. As principais premissas para as obrigações baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 10.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As "Aplicações Interfinanceiras de Liquidez" são representadas da seguinte forma:

	2019		2018	
	Valor de liquidação	Saldo contábil	Valor de liquidação	Saldo contábil
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Ligadas	274.768	274.745	246.261	246.220
Total	274.768	274.745	246.261	246.220
Circulante		274.745		246.220

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O custo amortizado e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são os seguintes:

(a) Total da carteira por categoria

(a.1) Vinculados à prestação de garantias

Títulos privados	2019		2018	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Fundo de Investimento Líquidez da Câmara BM&FBOVESPA - FILCB	16.625	16.625	15.635	15.635
Total	16.625	16.625	15.635	15.635

(b) Total da carteira por vencimento

Fundo de Investimento Líquidez da Câmara BM&FBOVESPA - FILCB	2019		2018	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Total	16.625	16.625	15.635	15.635

(c) Total da carteira por classificação

Fundo de Investimento Líquidez da Câmara BM&FBOVESPA - FILCB	2019		2018	
	Custo amortizado	Valor de mercado	Custo amortizado	Valor de mercado
Total	16.625	16.625	15.635	15.635

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018
(em milhares de Reais)

	2019	2018
Receitas da intermediação financeira (Nota 13)	8.198	7.326
Resultado com títulos e valores mobiliários	8.198	7.326
Resultado bruto da intermediação financeira	8.198	7.326
Outras receitas/(despesas) operacionais	28.138	18.841
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	84.888	80.823
Despesas de pessoal (Nota 15)	(14.861)	(16.943)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(33.313)	(36.872)
Despesas tributárias (Nota 17)	(8.629)	(8.180)
Outras receitas operacionais	316	327
Outras despesas operacionais	(263)	(314)
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro	36.336	26.167
Imposto de renda e contribuição social (Nota 7)	(14.522)	(12.542)
Provisão para imposto de renda	(7.485)	(5.267)
Provisão para contribuição social	(4.498)	(3.869)
Ativo fiscal diferido	(2.539)	(3.406)
Lucro líquido do semestre	21.814	13.625
Quantidade de ações 12.756.775		
Lucro líquido por ação - R\$	1,71	1,07

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018
(em milhares de Reais)

	2019	2018
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais	10.330	1.310
Lucro líquido do semestre ajustado	24.170	16.752
Lucro líquido do semestre	21.814	13.625
Ajustes ao lucro líquido:		
Créditos tributários (Nota 7b)	2.539	3.406
Provisões atuariais (Nota 10)	24	11
Obrigações fiscais diferidas (Nota 7c)	(126)	(207)
Atualização de depósitos judiciais (Nota 12b)	(316)	(327)
Provisão de contingências e obrigações legais (Nota 12)	235	244
Varição de ativos e passivos	(13.840)	(15.442)
(Aumento) dos títulos e valores mobiliários	(497)	(304)
(Aumento)/Redução de outros créditos	52.367	(140.973)
Redução de outros valores e bens	39	39
Impostos de renda e contribuição social pagos	(9.338)	(10.079)
Aumento/(Redução) de outras obrigações	(56.411)	135.875
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	10.330	1.310
No início do semestre	264.517	245.093
No fim do semestre (Nota 19.2)	274.847	246.403
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	10.330	1.310

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2018	
	Custo amortizado	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda		
Fundo de Investimento Líquidez da Câmara BM&FBOVESPA - FILCB	15.635	15.635
Total	15.635	15.635

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, o Fundo de Investimento Líquidez da Câmara BM&FBOVESPA - FILCB foi avaliado a mercado pela última cotação disponível.

6. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

Os saldos dessas contas classificadas em "outros créditos", no ativo circulante, e "outras obrigações", no passivo circulante, são substancialmente compostos por operações de intermediação de negociações de valores mobiliários e ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

	2019	2018
Ativo		
Intermediação de negociações de valores mobiliários pendentes de liquidação	235.103	143.166
Ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercador		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018
(em milhares de Reais)

(c) Expectativa de realização

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários e o valor presente apurado com base na taxa do CDI de 30 de junho de 2019 são os seguintes:

Exercício	Expectativa de realização por exercício	Valor presente dos créditos tributários
2020	2.918	2.742
2021	5.694	5.030
Total	8.612	7.772

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários foi elaborado pela Administração com base nos cenários atual e futuro da projeção de resultados. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

(d) Obrigações fiscais diferidas

	Dezembro/18	Realização	Constituição	Junho/19
Juros sobre depósitos judiciais	(2.965)	-	(126)	(3.091)
Total (Nota 9)	(2.965)	-	(126)	(3.091)

	Dezembro/17	Realização	Constituição	Junho/18
Juros sobre depósitos judiciais	(3.042)	338	(131)	(2.835)
Total (Nota 9)	(3.042)	338	(131)	(2.835)

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

	2019	2018
Programa de participação nos resultados	4.541	5.556
Programa de participação nos resultados baseada em ações (1)	916	1.360
Outras obrigações sociais e estatutárias	-	14
Total	5.457	6.930
Circulante	5.457	6.930

(1) Planos de remuneração baseados em ações

O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração baseada em ações é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação.

Não há alternativas para pagamento em ações.

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE. Em 30 de junho de 2019 e de 2018, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível.

Não houve cancelamentos ou alterações nos planos durante 2019 ou 2018.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2019	2018
Provisão para obrigações legais e outros passivos contingentes (Nota 12.b)	14.206	13.729
Provisões para impostos e contribuições sobre o lucro	11.857	9.344
Impostos e contribuições a recolher	4.342	4.352
Obrigações fiscais diferidas (Nota 7.d)	3.091	2.835
Total	33.496	30.260
Circulante	19.290	16.531
Exigível a longo prazo	14.206	13.729

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2019	2018
Valores a pagar sociedades ligadas (1)	4.949	15.562
Provisão para pagamentos a efetuar	1.262	1.100
Passivos atuariais (2)	141	98
Total	6.352	16.760
Circulante	6.211	16.662
Exigível a longo prazo	141	98

(1) O saldo de "valores a pagar sociedades ligadas" decorre substancialmente dos reembolsos de despesas operacionais com o Banco, que tem como contrapartida no resultado "Outras despesas administrativas".

(2) Benefícios pós emprego: Os valores reconhecidos no resultado do período foram de R\$ 24 e seguiram as seguintes premissas para sua mensuração uma vez que os benefícios pós emprego da Corretora são avaliados como Benefícios Definidos:

i. Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial em 30 de junho de 2019

ii. Critério para apuração dos Ativos - Os Planos de Assistência Médica não possuem ativos garantidores alocados para a cobertura dos benefícios por ele oferecidos, sendo os mesmos pagos diretamente pela Corretora conforme sua ocorrência.

iii. Taxa para desconto da Obrigação atuarial - Inflação + 5,00% a.a. = 9,20% a.a.

iv. Taxa Anual de Inflação de Longo Prazo - 4,00% a.a.

v. Crescimento dos Custos Médicos - Inflação + 3,00% a.a. = 7,12% a.a.

vi. Crescimento dos Custos Médicos por Envelhecimento - 3,00% a.a.

vii. Percentual de Permanência no Plano dos futuros aposentados e desligados - 100%

viii. Tábua de Mortalidade Geral - AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo

A tábua de mortalidade geral adotada - AT-2000 suavizada em 10% reflete de forma adequada a sobrevida que vem sendo observada nos últimos anos em populações vinculadas a programas de benefícios nos moldes do que a Corretora mantém junto aos seus empregados, sendo largamente adotada em avaliações atuariais desta natureza no Brasil.

ix. Rotatividade - Experiência interna.

A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva dos funcionários da Corretora, elegíveis aos benefícios pós emprego, os quais resultaram em média 13% a.a.

x. Idade na data de aposentadoria - 60 anos de idade.

xi. Método atuarial - Crédito Unitário Projetado.

O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes à massa de participantes do plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a riscos

As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós emprego, aqui avaliadas como benefícios definidos, expõem a Corretora a uma série de riscos, sendo os principais expostos a seguir:

- **Risco de inflação:** Conforme demonstrado nas premissas atuariais, os valores dos planos estão vinculados ao índice de inflação, e uma vez que a inflação suba, esta levará as obrigações a um patamar mais elevado, gerando um passivo atuarial e despesas mais relevantes;

- **Expectativa de vida:** Os benefícios definidos disponibilizados pela Corretora possuem como variável a idade do beneficiário, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos e das despesas.

III - Evolução do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial

	2019	2018
Passivo atuarial	117	87
31 de dezembro	24	11
Obrigações de benefício definido	141	98
30 de junho		

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do período foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria

IV - Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como no Resultado da Corretora (antes de impostos) seria de:

Alteração da premissa	Efeito no passivo atuarial e no resultado	
- Redução de 0,5%	22	Aumento do passivo e da despesa
- Acréscimo de 0,5%	(18)	Reversão do passivo e da despesa

O impacto, pela alteração da premissa taxa de custos médicos em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como no Resultado da Corretora (antes de impostos) seria de:

Alteração da premissa	Efeito no passivo atuarial e no resultado	
- Redução de 0,5%	(18)	Aumento do passivo e da despesa
- Acréscimo de 0,5%	22	Reversão do passivo e da despesa

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está representado por 12.756.775 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que asseguram dividendos anuais de 25% do lucro líquido podendo a Assembleia Geral deliberar por distribuição de 25% do lucro líquido inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2017, foi aprovado o aumento de capital da Corretora no valor de R\$ 10.535 mediante a capitalização dos Juros sobre Capital Próprio do exercício de 2017, após a retenção dos impostos retidos na fonte, declarados aos acionistas naquela data. Este ato foi homologado junto ao Banco Central do Brasil no primeiro semestre de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de dezembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital da Corretora no valor de R\$ 10.782 mediante a capitalização dos Juros sobre Capital Próprio do exercício de 2018, após a retenção dos impostos retidos na fonte, declarados aos acionistas naquela data. Este ato foi homologado junto ao Banco Central do Brasil no primeiro semestre de 2019.

12. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Corretora, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvida em contingências como segue:

(a) **Ativos contingentes:** não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) **Provisões constituídas:**

Composição dos saldos patrimoniais	2019	2018
Depósitos judiciais (1) (Nota 7)	18.173	17.533
Provisões para obrigações legais e outros passivos contingentes (Nota 9)	14.206	13.729

(1) Os "depósitos judiciais em garantia" vinculados aos processos tributários são decorrentes de exigências legais para a interposição de recursos relativos às discussões existentes. Dentre os principais depósitos, destacamos os efetuados para garantia das teses de: (i) PIS e Cofins Lei nº 9.718/98 - R\$ 18.084 (R\$ 17.443 em 2018); e (ii) outros - R\$ 90 (R\$ 90 em 2018).

Movimentação dos saldos patrimoniais

	2019	2018
Saldo inicial	13.971	13.485
Constituições	235	244
Saldo final	14.206	13.729

Com base na evolução das questões judiciais em discussão, a Corretora reconheceu atualização monetária sobre os depósitos judiciais e a respectiva atualização das obrigações legais e outros passivos contingentes. Durante o 1º semestre de 2019 foram reconhecidos R\$ 316 em "outras receitas operacionais" referentes à atualização dos depósitos judiciais e R\$ 235 em "outras despesas operacionais" referentes à atualização das obrigações legais.

(b.1) Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Corretora é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal, que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o CPC 25, são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contestam-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificadas como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

(b.1.1) Obrigações legais

As obrigações legais fiscais estão registradas na rubrica "fiscais e previdenciárias" e são compostas, principalmente, pela discussão sobre o alargamento da base de PIS/Cofins nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Adicionalmente, por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(b.1.2) Passivos contingentes

A Corretora também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração, com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios o valor de R\$ 79.616 (R\$ 72.676 em 2018) que envolvem as seguintes discussões: (i) PIS e Cofins sobre ganhos decorrentes da desmutualização da B3 no valor de R\$ 41.574 (R\$ 36.034 em 2018); e (ii) PIS e Cofins sobre corretagem de investidor estrangeiro no valor de R\$ 38.042 (R\$ 36.642 em 2018). Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

13. RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2019	2018
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 18b)	7.890	7.210
Rendas de títulos e valores mobiliários	551	486
Perdas líquidas realizadas com títulos e valores mobiliários	(243)	(370)
Total	8.198	7.326

14. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2019	2018
Receitas de corretagens	84.888	80.823
Total	84.888	80.823

Referem-se às receitas de corretagens na intermediação de operações nas bolsas de valores mobiliários e de futuros.

15. DESPESA DE PESSOAL

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2019	2018
Remuneração direta	(10.918)	(11.991)
Custos previdenciários	(3.576)	(4.127)
Benefícios	(348)	(805)
Outras despesas de pessoal	(19)	(20)
Total	(14.861)	(16.943)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2019;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das auditorias independente e interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos;
- Avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos da instituição.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2019	2018
Despesas de infraestrutura e serviços (1)	(29.105)	(33.035)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(2.535)	(2.066)
Tecnologia e sistemas	(488)	(537)
Despesas com serviços técnicos prestados por terceiros	(407)	(371)
Despesas de viagem	(277)	(264)
Publicidade e publicações	(134)	(116)
Outras despesas administrativas	(367)	(483)
Total	(33.313)	(36.872)

(1) Rateio de despesas administrativas junto ao Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2019	2018
Impostos sobre Serviços - ISS	(4.244)	(4.041)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	(3.733)	(3.541)
Programas de Integração Social - PIS	(607)	(575)
Outras despesas tributárias	(45)	(23)
Total	(8.629)	(8.180)

18. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Saldos do final dos semestres mantidos em balanço junto às Partes Relacionadas não Controladoras

Tipo de operação	Vencimento	Taxa a.a.	2019	2018
Ativos				
Disponibilidades			100	183
Aplicações interfinanceiras de liquidez	02/07/2018	6,39%	-	246.220
	01/07/2019	6,40%	274.745	-
Negociação e intermediação de valores	04/07/2018		-	123.246
	03/07/2019		248.735	-
Total ativos			523.580	369.649

	2019	2018	
Passivos			
Negociação e intermediação de valores	04/07/2018	-	(243.461)
	03/07/2019	(123.107)	-

	2019	2018
Valores a pagar sociedades ligadas	(4.949)	(15.563)
Total passivos	(128.056)	(259.024)

(b) Saldos do final dos semestres apresentados nos resultados decorrentes de operações junto às Partes Relacionadas não Controladoras

Tipo de operação	2019	2018
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 13)	7.890	7.210
Receitas de prestação de serviços	7.877	16.088
Outras despesas administrativas	(29.588)	(33.515)

As operações efetuadas com empresas do grupo foram realizadas com base em condições usualmente praticadas no mercado.

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As despesas com remuneração do pessoal-chave da Administração do grupo Bank of America Merrill Lynch no Brasil estão demonstradas a seguir:

	2019	2018
Plano de benefícios de longo prazo	18.190	18.485
Participação nos lucros e gratificações	17.034	13.601
Encargos e multa rescisória	14.800	12.960
Salários e benefícios	7.829	6.627
Previdência privada	617	570
Total	58.470	52.243

19. OUTRAS INFORMAÇÕES


RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar

atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2019



PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

Marcos Paulo Putini
 Contador CRC 1SP212529/O-8